

OPINIÃO PÚBLICA

Opinião Pública

ISSN: 0104-6276

cesop@unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas

Brasil

Peixoto, Vitor; Rennó, Lucio
Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil
Opinião Pública, vol. 17, núm. 2, noviembre, 2011, pp. 304-332
Universidade Estadual de Campinas
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32921102002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil

Vitor Peixoto

Centro de Ciências do Homem
Universidade Estadual do Norte Fluminense

Lucio Rennó

Universidade de Brasília

Resumo: Este trabalho analisa os determinantes do voto em Dilma Rousseff no primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais de 2010, usando diversos indicadores políticos, econômicos e sociais. São exploradas as variáveis tradicionalmente indicadas como determinantes do voto, como visões sobre o estado da economia, identificação partidária, avaliação do governo, assim como também fatores explorados de forma menos sistemática, como percepções sobre corrupção e religião. Por último, o trabalho inova ao acrescentar a esse debate o efeito da mobilidade social sobre o voto. Assim, o presente estudo capta o efeito político da ascensão social de setores da população brasileira, a dita “nova classe média”. O trabalho utiliza dados do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2010.

Palavras-Chave: Eleições, voto, mobilidade social, Estudo Eleitoral Brasileiro 2010.

Abstract: This paper analyses the determinants of vote for Dilma Rousseff in the first and second rounds of the 2010 Brazilian presidential elections, based on various political, economic and social indicators. The study tests the traditional hypotheses about vote choice in Brazil, such as sociotropic economic voting, party identification, government evaluation, perceptions of corruption and religion. Our contribution comes from the addition of a new explanation for vote choice: perceptions of social mobility. Therefore, the present study captures a political effect of the upward social mobility of sectors of the Brazilian population, the so called “new middle class”. The article uses data from the CSES Brazilian Electoral Study (ESEB).

Keywords: Elections, vote, social mobility, CSES – ESEB 2010.

Introdução

No Brasil, as eleições presidenciais têm sido objeto de análises sistemáticas sobre os determinantes das escolhas eleitorais desde que Collor de Melo foi eleito por sufrágio direto em 1989. Após a eleição de Lula, em 2002, e sua reeleição, em 2006, multiplicaram-se os trabalhos acadêmicos que visam explicar o comportamento dos eleitores. A literatura especializada que focaliza o voto para presidente tem feito muitos avanços e hoje sabemos bastante mais sobre o comportamento eleitoral do brasileiro do que há alguns anos¹. Por exemplo, sabemos hoje que o eleitor brasileiro leva em consideração o desempenho do governante quando decide reelegê-lo, que o estado da economia, no nível nacional, é fundamental para explicar o voto e que a identificação e rejeição partidárias são determinantes importantes do cálculo eleitoral de cidadãos brasileiros.

Não obstante os avanços recentes da literatura política, muitas questões que envolvem o comportamento dos eleitores permanecem por ser analisadas. Os efeitos dos programas de transferência de renda, mobilidade intra-geracional e a recente queda da desigualdade no Brasil são exemplos de perguntas de pesquisas que ainda são debatidas e para as quais não há consenso. A coleção Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizada pelo Centro de Estudos da Opinião Pública (CESOP), em 2002, 2006 e 2010, permite testar algumas dessas hipóteses.

Este artigo tem por objetivo principal produzir análises sistemáticas com vistas a explicar o comportamento do eleitor brasileiro nas últimas eleições presidenciais de 2010. Além dos fatores suspeitos de sempre, como avaliação de governo, identificação partidária, ser beneficiário de programas sociais, visões sobre corrupção e classe social, acrescentamos ao debate um aspecto ignorado pela literatura: os efeitos da mobilidade social na escolha eleitoral.

O Brasil, nas últimas duas décadas, tem testemunhado um crescente processo de estabilização e fortalecimento econômico, com ganhos relevantes nas áreas sociais e econômicas, resultando em redução da desigualdade e diminuição da pobreza (NERI, 2010; SINGER, 2010). Singer argumenta que esse processo tem efeito direto na escolha eleitoral do cidadão brasileiro, através do fenômeno do lulismo, que conjuga uma postura ideológica marcada por uma demanda de desenvolvimento econômico associada à manutenção da ordem, e que congrega uma parcela pobre e excluída do eleitorado que apóia Lula, independentemente de

¹ Obviamente, não estamos descartando aqui os impressionantes ganhos feitos por estudos pioneiros de comportamento eleitoral nas décadas de 1970 e 1980. Cabe aqui destacar os trabalhos de diversos pesquisadores como Gláucio Soares, Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, Helgio Trindade, entre outros. Veja Rennó para uma revisão dessa literatura (2004). Contudo, é válido argumentar que a literatura para o período atual tem dado saltos de qualidade na robustez metodológica das análises e na construção de teorias do voto.

seu partido. O sucesso econômico do governo Lula foi incluir mais setores da população no mercado consumidor, através de aumento de renda, facilidade de acesso a crédito e implementação de programas sociais. Esse eleitor ideologicamente flexível e de baixa renda passa a constituir a essência do lulismo.

Essa argumentação, apesar de elegante e convincente, peca quando testada empiricamente. Eleitores mais pobres não são mais propensos a votar em Lula e a definição ideológica desse grupo, baseada em uma variável com imensos problemas de validade (posicionamento em uma escala de esquerda e direita), é nebulosa (RENNÓ E CABELO 2010). Além disso, os próprios petistas têm mais simpatia por Lula do que os novos eleitores conquistados pelo PT nas eleições de 2002 e 2006. Para Rennó e Cabello, o dito lulismo nada mais é do que uma reação favorável a um governo de sucesso. A pergunta contra-factual adequada é: haveria lulismo sem sucesso econômico do governo e sem seus projetos sociais, principalmente o Programa Bolsa Família? A resposta dada é não.

Contudo, ambos os estudos acima deixam de explorar uma dimensão central da idéia por trás do sucesso econômico do governo Lula. Ou seja, nenhum dos estudos acima explora o mecanismo causal através do qual classe social e avaliação de governo afetam o voto. A pergunta adequada para explorar essa problemática é: como visões sobre a economia e sobre o desempenho do governo se refletem na vida pessoal do eleitorado?

Nosso argumento é que o efeito da economia no voto se dá através da percepção de mobilidade social do eleitor. O eleitor sente a melhora econômica do país em sua vida e traduz isso como uma sensação de que sua vida e sua situação econômica melhoraram. Em suma, a sensação de mobilidade social vivida é fator chave para entendermos os mecanismos através dos quais o estado da economia no país se manifesta nas percepções individuais dos eleitores. Dessa forma, não é a classe social que afeta o voto, como argumenta Singer, mas é a percepção de ascendência social, de melhora na situação econômica, que leva a um maior apoio à candidata do governo e que embasa os altos índices de popularidade de Lula.

Dilma Rousseff, em discurso ainda no fim de outubro de 2010, dá um indício do efeito desse fenômeno de mobilidade social: “Minha convicção de assumir a meta de erradicar a miséria vem, não de uma certeza teórica, mas da experiência viva do nosso governo, no qual uma imensa mobilidade social se realizou, tornando hoje possível um sonho que sempre pareceu impossível”². Testamos aqui a hipótese de que percepções de mobilidade social ascendente levam a um aumento na probabilidade de voto em candidatos do partido no governo. Em 2010, isso representou o voto em Dilma.

² Retirado da reportagem “Dilma começa trocar pronunciamentos burocráticos por falas menos técnicas” publicada no Jornal Correio Braziliense de 28 de agosto de 2011.

Eleições Presidenciais no Brasil: o que mudou e o que permanece?

Em 31 de Outubro de 2010, com aproximadamente 55,8 milhões de votos (56%) Dilma Rousseff (PT) foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil. Apoiada por um governante que, após 8 anos no cargo, gozava de 93,9% de aprovação³, o seu principal adversário (José Serra do PSDB) ainda conseguiu levar a decisão para o segundo turno, auxiliado pela votação surpreendente da candidata verde, Marina Silva (PV). Essas eleições foram marcadas por ineditismos. O mais importante deles, e sem dúvida o mais comentado pelos analistas, foi a ausência de Lula como candidato. A estratégia do Presidente de lançar uma candidata que nunca havia disputado uma eleição, e que nas pesquisas de opinião a pouco mais de um ano das eleições contava com o apoio pífio de 11% das intenções de votos⁴, causou surpresa até mesmo entre os membros do governo. Perguntava-se até que ponto a popularidade de Lula poderia ser transferida para uma candidata até então desconhecida pelo grande público.

Também no transcorrer da campanha emergiram novidades. Um aspecto novo desta eleição foi o debate de cunho religioso sobre a questão do aborto que dominou a agenda de campanha na reta final do primeiro turno. Também merece destaque a forma como essa discussão ocorreu, com grande participação das chamadas novas tecnologias. Grupos de apoio e de críticos aos diferentes candidatos utilizaram mensagens eletrônicas, sites e redes sociais na internet para divulgar suas opiniões e informações. Para alguns (CERVELLINI et al. 2011), esse foi um fator chave para explicar a perda de votos de Dilma no final do primeiro turno e o ganho de Marina Silva. Marina teria atraído os eleitores religiosos mais conservadores, principalmente da denominação evangélica, apenas no final da campanha, levando à perda direta nesse eleitorado por parte de Dilma.

Por outro lado, as eleições de 2010 mantiveram elementos similares às anteriores. Em última instância, como em 2006, e anteriormente em 1998, ganhou o candidato do governo. Manteve-se a tendência do eleitor de premiar políticos competentes, com bons índices de popularidade e de avaliação de governo, e de basear seu voto na situação da economia.

Outro fator que aproxima a eleição de 2010 à de 2006 foi a emergência de escândalos de corrupção no transcorrer da campanha. Um deles merece destaque: as acusações contra Erenice Guerra, divulgadas na véspera do primeiro turno, que a ligavam a tráfico de influência realizado por parentes. A queda de Erenice Guerra,

³ Pelos dados do Eseb, 32,7% consideravam muito bom e 61,1% como bom o governo Lula. Apenas 1,3% avaliaram como péssimo.

⁴ Pesquisa do IBOPE realizada entre os dias 11 e 14 de Setembro de 2009.

braço-direito de Dilma na Casa Civil e sua indicada para substituí-la na função de ministra chefe, também pode ter afetado o processo eleitoral de forma marcante.

Não obstante esses fatores, Dilma ganhou a eleição. O que poderia explicar esse sucesso? Sem dúvida, a avaliação do governo, as visões sobre a economia e ser beneficiário de programas sociais são explicações plausíveis. Mas, estas se tornam ainda mais claras quando olhamos para um fenômeno recente importante que é a ascensão de uma parcela relevante da população à classe média, com aumento em capacidade de consumo e mudanças nos padrões de consumo⁵. Evidentemente, esse tipo de situação econômica gera implicações políticas. Investigamos neste trabalho uma das dimensões do efeito político da mobilidade social: seu impacto no voto para presidente.

Explicando o voto no Brasil

Desde a primeira metade do século XX empresas de pesquisas e acadêmicos, principalmente nos Estados Unidos, vem construindo e aprimorando instrumentos de sondagens de opinião pública com o objetivo de prever os resultados eleitorais. As técnicas de amostragens e desenhos de questionários foram duas áreas onde se observa grandes avanços. No Brasil, não obstante os empreendimentos hercúleos de pesquisadores individuais⁶ na década de 1960, esses avanços chegaram apenas com as eleições diretas presidenciais. Foi neste período que as campanhas se profissionalizaram e começaram a contratar empresas e especialistas em análises de opinião pública. Concomitantemente a este processo, a academia brasileira também importou modelos analíticos e desenvolveu questões teóricas importantes sobre o comportamento dos eleitores por meio da aplicação de surveys.

Destacam-se entre esses fatores a avaliação do governo e da situação da economia para explicar votos favoráveis aos candidatos do governo (MENEGUELLO 1995; CAMARGOS 2001; CARREIRÃO 2002a, 2002b, 2007a, 2007b; NICOLAU 2007; RENNÓ 2007; SINGER 2010; RENNÓ E CABELLO 2011). Carreirão e Kinzo (2004) e Carreirão e Barbetta (2007) apontam para a importância dos partidos políticos no pleito eleitoral, destacando principalmente o papel de “âncora” do sistema político ocupado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No caso, eleitores votam ou seguindo sua identificação com ou esse partido ou sua rejeição a ele.

⁵ Essas questões repercutiram na mídia nacional e internacional. Veja a reportagem “Brazil Takes Off” no The Economist de 12 de novembro de 2009 e a “Nova Classe Média do Brasil” na Revista Época de 08 de agosto de 2008.

⁶ Enfrentando grandes resistências, tanto da academia quanto da imprensa, Gláucio Ary Dillon Soares foi o primeiro pesquisador a se lançar na empreitada de realizar surveys eleitorais no Brasil ainda na década de 1960.

Em comum, os elementos acima geram estabilidade nos padrões de voto dos eleitores e repetem-se em eleições consecutivas como critérios de escolha eleitoral. Mais recentemente, dois novos fatores foram acrescentados ao debate: ser beneficiário de programas sociais, principalmente o Bolsa Família (NICOLAU E PEIXOTO 2007a, 2007b; HUNTER E POWER 2007; ZUCCO 2006, 2007; CARRARO et all 2007; LICIO et al 2008; TERRON E SOARES 2010; BOHN 2011) e percepções sobre corrupção (RENNÓ 2009; RENNÓ E HOEPERS 2010; RENNÓ E CABELLO 2010).

O debate sobre o impacto eleitoral do Bolsa Família tem gerado interessantes controvérsias. Nicolau e Peixoto (2007a, 2007b), ao analisarem as votações de Lula em 2002 e 2006 nos municípios, constataram fortes mudanças das bases geográficas do voto e atribuíram esta mudança ao efeito do programa Bolsa Família:

Quanto maior o gasto municipal per capita despendido durante o governo, maior tende ser a votação de Lula e menor a de Alckmin. O dado é ainda mais impressionante, justamente por se referir a um único programa do Governo Federal. (NICOLAU E PEIXOTO, 2007, pp: 13)

Também no intuito de captar o efeito do Bolsa Família sobre a votação de Lula em 2006, ZUCCO (2006 e 2007) empreendeu esforços similares, porém com maior sofisticação econométrica implementada com modelos para inferência ecológica, e chegou a resultados bastante próximos. Hunter e Power (2007) combinaram distribuição espacial nos Estados com análises de surveys e, além de corroborarem os achados de Nicolau e Peixoto (2007a, 2007b), encontraram forte correlação entre voto em Lula em 2006 com maior aceitação de níveis de corrupção.

Trabalho que advoga o não impacto do Bolsa Família foi realizado por Carraro, et. alli (2008). Não obstante a crítica econométrica a Nicolau e Peixoto acerca da autocorrelação da distribuição espacial, Carraro et. alli (2008) utilizam operacionalizações da variável Bolsa Família diferentes das utilizadas por outros autores, assim como também não utilizaram a mesma variável dependente (% de votos sobre o comparecimento, utilizaram % de votos válidos). Além disso, os autores testaram três modelos com correções espaciais, cada qual com uma operacionalização do programa Bolsa Família (número de famílias atendidas pelo Bolsa Família em Julho de 2006 em relação a 1º. população total, 2º. pobres, e 3º. indigentes) sendo que apenas no 3º modelo a variável pode ser desconsiderada pela significância estatística.

Com modelos econométricos de geografia espacial, Terron e Soares (2010) analisaram quatro eleições presidenciais – 1994, 1998, 2002 e 2006 – e chegaram às mesmas conclusões de Nicolau e Peixoto: o programa Bolsa Família contribui positivamente e com significância estatística para a eleição de Lula:

“Dito de outra forma, mantendo-se constantes os demais efeitos, cada ponto percentual de acréscimo na votação dos deputados implica em 0,15 pontos percentuais de acréscimo na votação de Lula em 2006, independente do efeito do Bolsa Família sobre a renda municipal (TERRON E SOARES, 2010, p. 30).”

Sabe-se, porém, que não é fácil dimensionar o impacto de políticas públicas sobre o voto, sobretudo, quando se trata de dados agregados, onde corre-se o risco de cometer falácias ecológicas. Entretanto, resultados de pesquisas de opinião podem servir para testes de hipóteses e suprir este déficit dos dados agregados. Em 2006, análise com dados ao nível individual (*surveys*) foi realizada por Licio, Rennó e Castro (2009) e, corroborando achados de trabalhos anteriores, os autores concluem que o Bolsa Família teve impacto na avaliação de desempenho do governo Lula e na probabilidade de voto em Lula. Bohn (2011), por sua vez, não encontra o mesmo resultado, apesar de usar o mesmo banco de dados, mas com um modelo especificado diferentemente. Assim, a análise das eleições de 2010 permitirá verificar a estabilidade do efeito do Bolsa Família no voto.

Da mesma forma, a questão da corrupção também poderá ser colocada a teste com dados mais atuais. Se em 2006 esse fator foi decisivo para a ocorrência de um segundo turno, podemos dizer o mesmo em 2010?

Por último, há que se verificar também se novos fatores podem ter impactado o resultado da eleição de 2010. No caso, visões sobre aborto seriam fundamentais para tentar avaliar a hipótese de que esse tema impactou votos. Contudo, o ESEB não dispõem de dados sobre essa questão. Uma aproximação é verificar se o voto evangélico foi direcionado a Marina, em oposição a Dilma. A análise do efeito da religião no voto não é novo no Brasil, Bohn (2004) já fez progresso nesse sentido analisando as eleições de 2002, quando Anthony Garotinho beneficiou-se do voto evangélico para alcançar a terceira colocação naquele pleito. Incluimos em nossa análise a denominação religiosa do eleitor como um controle sobre o potencial efeito do debate sobre aborto nas eleições de 2010.

Contudo, e esse é nosso ponto central aqui, um dos grandes temas em discussão durante a campanha presidencial de 2010 foi, sem sombra de dúvidas, o comportamento da nova classe média brasileira. Ainda que com diferentes formas

de definir exatamente os critérios que distinguem este grupo⁷, muitos analistas políticos se pronunciaram acerca do comportamento esperado desta classe. Via de regra, os analistas se referem à nova classe média como um grupo de indivíduos que possui uma determinada faixa de renda. A constatação do aumento da classe é realizado comparando-se as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's) em diferentes anos, procedimento que não permite demonstrar quem são os indivíduos que saíram e entraram em cada classe, posto que o IBGE não entrevista os mesmos indivíduos, tampouco realiza pergunta sobre a renda no passado.

Não obstante os enormes avanços realizados pelas análises sobre emprego e renda com as PNAD's, salvo melhor juízo, poucas pesquisas se debruçaram sobre a mudança de percepção de classe dos indivíduos. Analisar a renda dos indivíduos e sua relação com voto é uma tarefa relativamente simples realizada em toda eleição pelos institutos de pesquisas. Nossa objetivo aqui é dar um passo além e resgatar a percepção de mudança (positiva e negativa) de classe dos indivíduos nos últimos oito anos e comparar os diferentes comportamentos nas eleições. No limite, ainda que a rendas individual e familiar tenham, em média, aumentado, isto não significa necessariamente que os indivíduos percebam alterações na sua classe. É nesta auto-percepção que centramos nossas análises.

No presente estudo utilizamos a auto-classificação como forma de alocar os indivíduos. Por meio do cruzamento de duas perguntas realizadas pelo ESEB 2010 pode-se chegar a três grupos, quais sejam, (a) os ascendentes, que se auto-classificaram em 2010 como em classes acima do que oito anos antes; (b) os imóveis, que não perceberam qualquer alteração de classe no período; e (c) os descendentes, que se classificaram em pior situação do que há oito anos. Os três grupos podem ser observados na tábua de mobilidade apresentada abaixo. Na diagonal principal se encontram os indivíduos que não perceberam modificações, acima e à direita estão todos aqueles que julgam estar em classes inferiores hoje em comparação com sua condição há oito anos (descendentes), e abaixo e à esquerda os que perceberam mobilidade ascendente.

⁷ Analistas criam os critérios de classe ou status para avaliar a mobilidade independente da percepção dos indivíduos. Ou seja, o que conta é o critério do observador, não do observado. Para uma discussão dos critérios de classe por estrato profissional, escolaridade e renda ver Pastore e Valle Silva (2000), para grupos de estratos ver Scalon (1999). Uma interessante discussão sobre os diferentes critérios pode ser encontrada em Ribeiro (2000).

Tabela 1
Tábuas de mobilidade auto-percebida (%)

		CLASSE SOCIAL HOJE						Total
		Mais alta	Média alta	Média-média	Média baixa	Baixa	Mais baixa	
CLASSE SOCIAL HÁ 8 ANOS ATRÁS	Mais alta	,3	,1	,1	,2		,2	,8
	Média alta	,1	1,0	,6	,5	,2	,1	2,5
	Média-média	,2	3,1	11,1	1,9	,4	,1	16,8
	Média baixa	,3	2,0	13,9	13,3	2,3	,2	32,0
	Baixa	,2	,7	3,7	17,1	10,9	,8	33,4
	Mais baixa	1,2	,3	1,8	4,1	6,3	,9	14,6
Total		2,3	7,1	31,2	37,2	20,1	2,2	100,0

Fonte: Dados calculados pelos autores com base no CSES-ESEB 2010.

A maioria dos brasileiros entrevistados percebeu uma ascensão social na comparação dos últimos oito anos que antecederam as eleições de 2010, cerca de 55% das 1950 pessoas que responderam ambas as perguntas. Por outro lado, apenas 7,5% tiveram mobilidade descendente, e 37,5% percebem-se hoje tal como antes da “era Lula”.

Ou seja, nosso argumento é que não é o pertencimento a uma classe social ou outra que faz a diferença eleitoral, mas sim a percepção de movimento ascendente que leva apoio ao governo e seu candidato.

Tabela 2
Mobilidade Intrageracional - 8 anos

	n	%
Descendente	146	7,3
Imobilidade	732	36,6
Ascendente	1072	53,6
Sub-Total	1950	97,5
Não Resposta	14	,7
Ausente	36	1,8
Sub-Total	50	2,5
	2000	100,0

Fonte: Dados calculados pelos autores com base no CSES-ESEB 2010.

A pergunta que fica é: qual o impacto de toda essa mobilidade nas escolhas eleitorais do cidadãos brasileiros? A hipótese óbvia é a:

Hipótese 1: eleitores que apresentam mobilidade ascendente tem maior probabilidade de votar em Dilma.

Alem dessa hipótese, testamos também por outros fatores apontados pela literatura como relevantes para explicar o voto no Brasil, quais sejam:

Hipótese 2: Avaliações positivas da economia e do governo aumentaram a probabilidade de voto em Dilma.

Hipótese 3: Ser beneficiário do Programa Bolsa Família aumenta a probabilidade de voto em Dilma.

Hipótese 4: A identificação partidária com o PT aumenta a probabilidade de voto em Dilma.

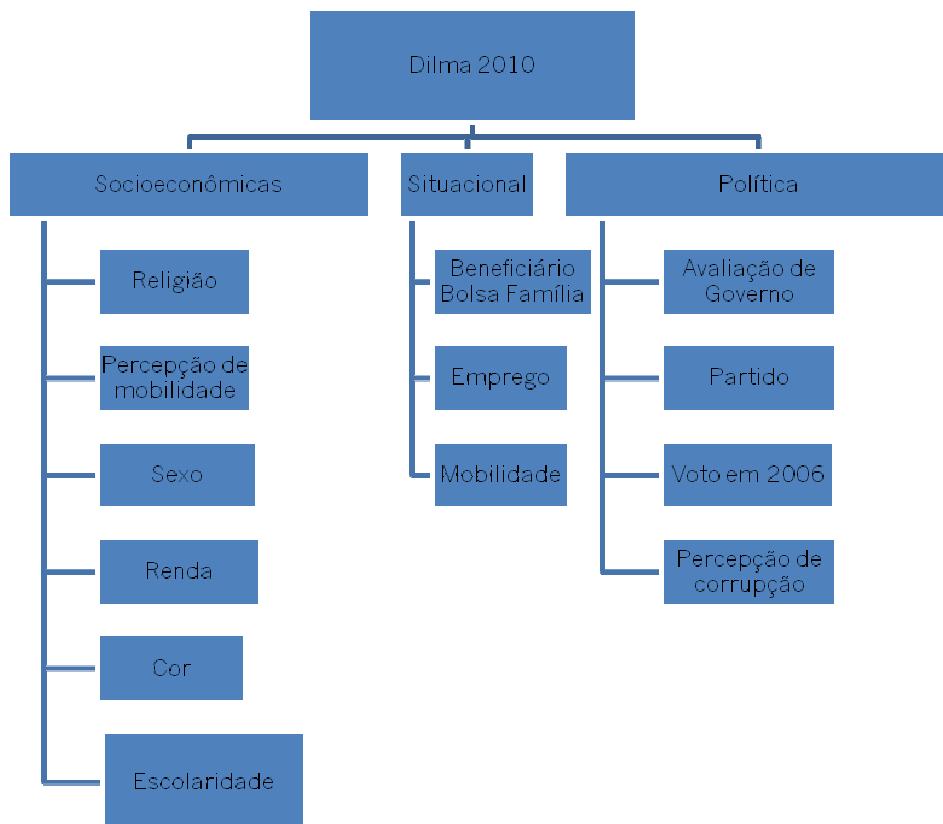
Hipótese 5: Percepções sobre corrupção como um problema nacional diminuem a probabilidade de voto em Dilma.

Hipótese 6: Evangélicos serão menos propensos a votar em Dilma.

Dessa forma, podemos visualizar graficamente as principais variáveis em nosso modelo na Figura 1. Distinguimos entre determinantes econômicos, sociodemográficos e políticos para o voto em Dilma. Usamos esse modelo para avaliar o voto no primeiro e segundo turnos das eleições de 2010⁸.

⁸ As variáveis utilizadas estão descritas no anexo.

Figura 1
Modelo analítico do voto em Dilma Rousseff



Decisão de voto no primeiro turno das eleições

Como o voto em sistemas multipartidários envolve diversos candidatos, a variável dependente é nominal, com um número equivalente de categorias ao número de candidatos e, por isso, o modelo deve ser estimado com uma função de ligação logit multinomial. A categoria de referência é o voto em Dilma. Assim, valores negativos nas variáveis independentes demonstram aumento na probabilidade de voto em Dilma. Valores positivos indicam voto declarado em um dos outros candidatos.

Quando comparamos o voto em Dilma com a probabilidade de votar em Serra, os principais fatores que diferenciam essas escolhas são voto em Lula em 2006, raça, escolaridade, renda, denominação religiosa, avaliação do governo, e mobilidade social. Quem votou em Lula em 2006, quem é simpático ao PT, quem avalia bem o governo Lula e quem percebe ter tido mobilidade social ascendente tem muito mais chance de votar em Dilma. Por outro lado, ter a cor da pele branca, ter baixa escolaridade e renda e simpatizar com o PSDB reduzem a probabilidade de votar em Dilma. Assim, a suposição de Singer sobre um efeito de renda no voto em Lula, como indicativo do lulismo, não apresenta resultado esperado na explicação do voto em Dilma. Cabe destacar a ausência de efeito de ser beneficiário do Bolsa Família e de percepções sobre corrupção.

Esse mesmo padrão se reflete na comparação entre a propensão a votar para Dilma e para Marina, entretanto mais categorias das variáveis de renda e escolaridade são significativas, todas favorecendo o voto em Marina, assim como as variáveis que medem denominação religiosa evangélica. Portanto, o eleitor de Marina foi predominantemente evangélico, indicando que a denominação religiosa foi importante em 2010 como havia sido em 2002 para aumentar a probabilidade de voto em Garotinho naquela ocasião. Infelizmente, por não termos dados de pesquisa tipo painel, não podemos avaliar aqui as mudanças nas intenções de voto causadas por este fator. Novamente, a identificação com o PT, a avaliação do governo e o voto em 2006, ao lado de mobilidade social ascendente, favorecem o voto em Dilma.

Tabela 3
Regressão Multinomial para Voto no Primeiro Turno das Eleições Presidenciais de 2010, Brasil

Voto no Primeiro Turno Presidencial ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Serra	Intercept	1,860	,499	13,920	1	,000	
	Mulher	,085	,140	,367	1	,545	1,089
	Votou_LULA_2006_1	-1,237	,148	70,232	1	,000	,290
	COR_Branco	,327	,143	5,231	1	,022	1,387
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	,377	,185	4,159	1	,041	1,457
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INC_0M	-,017	,177	,009	1	,923	,983
	ESCOL_Univ_COM_ou_mais	,488	,338	2,085	1	,149	1,629
	RendFAM_1a2	,441	,211	4,365	1	,037	1,555
	RendFAM_2a5	,263	,216	1,471	1	,225	1,300
	RendFAM_5a10	,052	,285	,033	1	,856	1,053
	RendFAM_maior_10	,062	,397	,024	1	,876	1,064
	Desempregado_6MESES	,529	,372	2,023	1	,155	1,697
	Religiao_Evang_Pentecostal	,359	,266	1,821	1	,177	1,431
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	1,047	,324	10,449	1	,001	2,850
	Religiao_Catolico	,279	,203	1,902	1	,168	1,322
	Partido_PT	-1,901	,209	83,003	1	,000	,149
	Partido_PSDB	1,911	,316	36,608	1	,000	6,760
	Aval_gov_muito_bom	-2,691	,442	37,054	1	,000	,068
	Aval_gov_bom	-1,578	,422	13,978	1	,000	,206
	Beneficiario_BF	,111	,194	,324	1	,569	1,117
	Mob_asc	-,696	,147	22,406	1	,000	,499
	Mob_desc	-,003	,272	,000	1	,990	,997
	Corrupção	,017	,147	,013	1	,910	1,017

Continua...

Voto no Primeiro Turno Presidencial ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Marina	Intercept	,167	,546	,093	1	,760	
	Mulher	,177	,150	1,395	1	,238	1,194
	Votou_LULA_2006_1	-,630	,164	14,767	1	,000	,532
	COR_Branco	-,142	,155	,839	1	,360	,868
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	,612	,219	7,803	1	,005	1,844
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	1,126	,186	36,710	1	,000	3,083
	ESCOL_Univ_COM_ou_mais	1,547	,314	24,227	1	,000	4,698
	RendFAM_1a2	,591	,267	4,892	1	,027	1,806
	RendFAM_2a5	,890	,261	11,663	1	,001	2,435
	RendFAM_5a10	,879	,313	7,876	1	,005	2,408
	RendFAM_maior_10	1,145	,385	8,827	1	,003	3,142
	Desempregado_6MESES	,577	,411	1,965	1	,161	1,780
	Religiao_Evang_Pentecostal	,867	,248	12,278	1	,000	2,381
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	,700	,328	4,570	1	,033	2,014
	Religiao_Catolico	-,311	,205	2,295	1	,130	,733
	Partido_PT	-1,273	,184	48,070	1	,000	,280
	Partido_PSDB	,459	,386	1,414	1	,234	1,582
	Aval_gov_muito_bom	-2,157	,465	21,521	1	,000	,116
	Aval_gov_bom	-1,389	,448	9,613	1	,002	,249
	Beneficiario_BF	-,088	,234	,143	1	,706	,915
	Mob_asc	-,309	,160	3,725	1	,054	,734
	Mob_desc	,234	,295	,630	1	,427	1,264
	Corrupcao	,005	,157	,001	1	,974	1,005

Continua...

Voto no Primeiro Turno Presidencial ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Outros	Intercept	-,064	,775	,007	1	,934	
	Mulher	,034	,256	,018	1	,893	1,035
	Votou_LULA_2006_1	-1,166	,266	19,246	1	,000	,312
	COR_Branco	,287	,260	1,213	1	,271	1,332
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	,489	,367	1,775	1	,183	1,631
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	,878	,313	7,874	1	,005	2,405
	ESCOL_Univ_COM_ou_mais	,965	,554	3,030	1	,082	2,624
	RendFAM_1a2	1,005	,524	3,674	1	,055	2,731
	RendFAM_2a5	1,177	,512	5,284	1	,022	3,245
	RendFAM_5a10	,431	,624	,478	1	,489	1,539
	RendFAM_maior_10	,968	,719	1,815	1	,178	2,633
	Desempregado_6MESES	-,717	1,061	,457	1	,499	,488
	Religião_Evang_Pentecostal	-,025	,407	,004	1	,952	,976
	Religião_Evang_NAO_Pentecostal	,284	,510	,311	1	,577	1,329
	Religião_Catolico	-,744	,316	5,558	1	,018	,475
	Partido_PT	-1,671	,397	17,704	1	,000	,188
	Partido_PSDB	-,442	,780	,321	1	,571	,643
	Aval_gov_muito_bom	-2,464	,582	17,919	1	,000	,085
	Aval_gov_bom	-1,777	,528	11,314	1	,001	,169
	Beneficiario_BF	-,043	,418	,011	1	,917	,958
	Mob_asc	-,634	,265	5,718	1	,017	,530
	Mob_desc	-,461	,533	,750	1	,387	,631
	Corrupcao	,244	,260	,882	1	,348	1,277

Fonte: CSES-ESEB 2010, N=1779 R2 Nagelkerke = 0,45

Decisão de voto no segundo turno das eleições

As opções de voto no segundo turno das eleições, apesar de haver apenas dois candidatos, oferecem mais alternativas de atuação para o eleitor, como não votar, votar em branco ou nulo. Assim, a forma adequada de modelar essas escolhas é novamente com uma função de ligação logística multinomial. Repetimos abaixo o mesmo modelo aplicado ao primeiro turno para verificar sua consistência explicativa.

Os resultados, mais uma vez, confirmam nossas expectativas. Ter votado em Lula nas eleições de 2006, identificar-se com o PT, avaliar positivamente o governo Lula e ter experimentado alguma forma de mobilidade social ascendente aumentam a probabilidade de votar em Dilma. Por outro lado, ser evangélico, partidário do PSDB e ser branco aumentam a probabilidade de votar em Serra. A renda não tem qualquer efeito, assim como a escolaridade. Dessa forma, confirmamos que não é a classe social que importa para o voto, mas sim a percepção de ascendência social.

Os resultados acima parecem se manter para as demais alternativas de comportamento no segundo turno, todas levando à não-escolha de um candidato. Ser evangélico sempre leva a uma escolha que não seja votar em Dilma, mobilidade social descendente aumenta a probabilidade de votar em branco, assim como escolaridade alta.

Tabela 3
Regressão multinomial para voto no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, Brasil

Em quem votou no segundo turno ^a	B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
José Serra (PSDB)	Intercept	1,678	,421	15,905	1	,000
	Mulher	-,011	,130	,007	1	,934
	Votou_LULA_2006_1	-,1257	,134	88,083	1	,000
	COR_Branco	,473	,132	12,917	1	,000
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	,213	,173	1,517	1	,218
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	-,153	,163	,889	1	,346
	ESCOL_Univ_COM_ou_mais	,324	,297	1,194	1	,274
	RendFAM_1a2	,192	,200	,918	1	,338
	RendFAM_2a5	,032	,203	,025	1	,874
	RendFAM_5a10	-,064	,265	,059	1	,808
	RendFAM_maior_10	,242	,350	,478	1	,489
	Desempregado_6MESES	,234	,342	,467	1	,494
	Religiao_Evang_Pentecostal	,595	,236	6,381	1	,012
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	,845	,296	8,167	1	,004
	Religiao_Catolico	,305	,186	2,683	1	,101
	Partido_PT	-,1,675	,187	80,420	1	,000
	Partido_PSDB	2,269	,329	47,489	1	,000
	Aval_gov_muito_bom	-2,489	,358	48,358	1	,000
	Aval_gov_bom	-,1,457	,337	18,663	1	,000
	Votou_MARINA_1	,268	,171	2,444	1	,118
	Benficiario_BF	,003	,184	,000	1	,988
	Mob_asc	-,418	,135	9,516	1	,002
	Mob_desc	,154	,251	,378	1	,539
	Corrupcao	,107	,135	,624	1	,430

Continua...

Em quem votou no segundo turno ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Não compareceu	Intercept	-,928	,760	1,493	1	,222	
	Mulher	,069	,283	,060	1	,807	1,071
	Votou_LULA_2006_1	-,511	,300	2,894	1	,089	,600
	COR_Branco	,104	,294	,127	1	,722	1,110
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	,281	,357	,621	1	,431	1,324
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	-,496	,365	1,845	1	,174	,609
	ESCOL_Univ_COM_ou_mais	-,593	,698	,722	1	,395	,553
	RendFAM_1a2	-,212	,435	,238	1	,625	,809
	RendFAM_2a5	-,114	,429	,071	1	,790	,892
	RendFAM_5a10	,358	,529	,457	1	,499	1,430
	RendFAM_maior_10	,481	,697	,478	1	,490	1,618
	Desempregado_6MESES	-,672	1,047	,413	1	,521	,510
	Religiao_Evang_Pentecostal	,179	,453	,157	1	,692	1,197
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	,506	,555	,830	1	,362	1,658
	Religiao_Catolico	-,233	,377	,381	1	,537	,792
	Partido_PT	-,743	,361	4,240	1	,039	,476
	Partido_PSDB	1,680	,570	8,675	1	,003	5,366
	Aval_gov_muito_bom	-2,355	,612	14,780	1	,000	,095
	Aval_gov_bom	-1,570	,550	8,159	1	,004	,208
	Votou_MARINA_1	1,276	,311	16,848	1	,000	3,584
	Beneficiario_BF	,350	,370	,894	1	,344	1,419
	Mob_asc	,208	,300	,480	1	,488	1,231
	Mob_desc	-,596	,769	,600	1	,439	,551
	Corrupcao	,197	,289	,466	1	,495	1,218

Continua...

Em quem votou no Segundo Turno ^a		B	Std. Error	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Voto em branco ou nulo	Intercept	-2,375	,915	6,740	1	,009	
	Mulher	,185	,246	,565	1	,452	,831
	Votou_LULA_2006_1	-1,058	,255	17,219	1	,000	,347
	COR_Branco	,229	,252	,826	1	,363	1,257
	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	-,154	,403	,146	1	,702	,857
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	,535	,300	3,188	1	,074	1,708
	ESCOL__Univ_COM_ou_mais	,917	,492	3,476	1	,062	2,503
	RendFAM_1a2	1,572	,630	6,235	1	,013	4,818
	RendFAM_2a5	1,361	,631	4,654	1	,031	3,899
	RendFAM_5a10	1,201	,690	3,035	1	,081	3,325
	RendFAM_maior_10	,504	,889	,322	1	,570	1,656
	Desempregado_6MESES	,253	,663	,146	1	,702	1,288
	Religiao_Evang_Pentecostal	,414	,386	1,149	1	,284	1,513
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	-,643	,675	,910	1	,340	,525
	Religiao_Catolico	-,242	,326	,552	1	,457	,785
	Partido_PT	-,978	,337	8,402	1	,004	,376
	Partido_PSDB	,270	,785	,118	1	,731	1,309
	Aval_gov_muito_bom	-1,002	,661	2,295	1	,130	,367
	Aval_gov_bom	-,311	,614	,256	1	,613	,733
	Votou_MARINA_1	1,070	,270	15,753	1	,000	2,916
	Beneficiario_BF	-,260	,434	,359	1	,549	,771
	Mob_asc	-,573	,259	4,903	1	,027	,564
	Mob_desc	,101	,444	,052	1	,819	1,107
	Corrupcao	,017	,257	,004	1	,948	1,017

Fonte: CSES-ESEB 2010, N=1779 R2 Nagelkerke = 0,43

Considerações finais

Neste artigo, argumentamos que não é a classe social que afeta favoravelmente o voto em Dilma, mas sim, a percepção de mobilidade social ascendente, como a própria candidata havia apontado ser um dos principais ganhos do governo de seu antecessor e mentor político, Lula da Silva. Dilma beneficiou-se eleitoralmente desse processo de mobilidade social. Dessa forma, confirmamos a expectativa inicial desse estudo de que o impacto político da mobilidade social expressou-se nitidamente nas eleições de 2010.

Também cabe destacar o efeito político da denominação religiosa do entrevistado. Eleitores evangélicos apresentaram um padrão de voto bastante consistente no primeiro e segundo turnos das eleições, tendo uma probabilidade grande de votar em oposição à Dilma Rousseff. No primeiro turno, esse voto foi galvanizado por Marina Silva; no segundo turno, esses mesmos eleitores parecem ter se distribuído pela escolha por José Serra, e os evangélicos pentecostais tendo optado por um voto em branco ou não comparecer. Infelizmente, por não termos dados em diversos momentos do mesmo eleitor, não podemos explorar claramente os processos de migração da preferência eleitoral durante as eleições.

Além desses dois fatores, a avaliação do governo, o voto em Lula nas eleições anteriores e a identificação partidária com o PT e PSDB continuam sendo explicações sólidas para as escolhas eleitorais feitas por eleitores brasileiros. A despeito da ausência de efeito de variáveis consideradas relevantes para explicar as eleições de 2006, como ser beneficiário do Bolsa Família e percepções sobre corrupção como problema nacional, identificamos uma certa cristalização dos fatores que explicam o voto no Brasil. Nesse sentido, podemos caminhar para uma proposta teórica mais abrangente, na qual a avaliação do desempenho do governo e lealdades pessoais a líderes e partidos políticos passam explicar o voto do brasileiro de forma continua. A esse conjunto, acrescentamos aqui a argumentação de que é a percepção sobre mobilidade social ascendente que também garante o sucesso eleitoral de candidatos que concorrem representando o governo. Ou seja, o eleitor brasileiro mais uma vez recompensa políticos que tiveram desempenho positivo no governo e cuja administração resultou em sua melhoria de vida. Testemunhamos, novamente, o exercício prático da responsabilização política (*accountability*) através das eleições no Brasil.

Referencias Bibliográficas

- BOHN, S. "Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral". *Opinião Pública*, vol.10, nº2: p.288-338, 2004.
- _____. "Social Policy and Vote in Brazil: Bolsa Família and the Shifts in Lula's Electoral Base." *Latin American Research Review*, vol.46, nº1, p. 54-79, 2011.
- CAMARGOS, M. B. "Economia e voto: Fernando Henrique versus Lula, 1998". *Teoria & Sociedade*, vol.8, p.116-145, 2001.
- CARRARO, A. et al. "'É a economia,companheiro!': Uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais." *Ibemec Mg Working Paper*, vol. 41, 2007.
- CARREIRÃO, Y. S. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/Editora da FGV, 2002a.
- _____. "Identificação ideológica e voto para presidente". *Opinião Pública*, vol.8, nº2, p.54-79, 2002b.
- _____. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol.13, nº2, p.307-339, 2007a.
- _____. "Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the Eseb". *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº1, p.70-101, 2007b.
- CARREIRÃO, Y. S & BARBETTA, P. A. "A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da Grande São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, (56), p.75-93, 2007.
- CARREIRÃO, Y. S & KINZO, M. d'A. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, vol.47, nº1, p.131-168, 2004.
- CERVELLINI. S.; GIANI, M.; PAVANELLI, P. *Economia, religião e voto: A questão do aborto na eleição presidencial de 2010. IV Congresso Latino Americano da WAPOR*. Belo Horizonte, Brazil, 2001.
- COIMBRA, M. Quatro razões para a vitória de Lula, In: VELLOSO, J. P. R. (coord.). *Quem Elegerá Lula? Cadernos Do Fórum Nacional*, nº6, fev. 2007.
- ESTRELLA, J.; RIBEIRO, L. *The Bolsa Família Cash Transfer Program And Healthcare Conditionality: How Is It Working At The Municipal Level?*. (Congress Of The Latin American Studies Association), 58, Montréal, Canada Sept. 2007.
- HOLZHACKER, D. e BALBACHEVSKY, E. "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006". *Opinião Pública*, vol13, nº2. p. 283-306, 2007.
- HUNTER, W; POWER, T. J. "Rewarding Lula: Executive Power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, vol.49, nº1, p.1-30, 2007.

KING, G. *A Solution To The Ecological Inference Problem: (Reconstructing Individual Behavior From Aggregate Data)*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

LÍCIO, E; RENNÓ, L. & CASTRO, H “Bolsa Família e voto nas eleições presidenciais de 2006: em busca do elo perdido”. *Opinião Pública*, vol.15, nº1, p.31-54, 2009.

MENEGUELLO, R. “Electoral Behavior in Brazil: The 1994. Presidential Elections”. *Social Science Journal*, vol.146, UNESCO, 1995.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME. “*Perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família*”, Brasília, Mimeo, Mar. 2007.

NERI, M. C. (coord.) *Poverty, Inequality, and Labor Dynamics: The Second Real*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

NICOLAU, J. “An Analysis Of The 2002 Presidential Elections Using Logistic Regression”. *Brazilian Political Science Review*, vol.1, nº1, 2007.

_____. “Os efeitos da urna eletrônica sobre os votos nulos em branco no Brasil”, Mimeo, 2007.

NICOLAU, J. & PEIXOTO, V. As bases municipais da votação de Lula em 2006. In: VELLOSO, J. P. R. (coord.). *Quem elegeu Lula? Cadernos do Fórum Nacional*, nº6, 2007.

_____. Uma disputa em três tempos: Uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006. *XXXI Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, Minas Gerais, Out. 2007.

PASTORE, J.; VALLE, S. N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.

REIS, F. W.; MACHADO, M. M. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. *Lua Nova*, 26, p. 81-131, 1992.

RENNÓ, L. Brazil. In: GEER, J. (ed.). *Encyclopedia of Public Opinion*. Santa Barbara: ABC-Clio, vol.2, 2004.

_____. “Notes on the Brazilian 2006 presidential elections: the winding road to democratic consolidation”. *Colombia Internacional*, vol.64, p.154-165, 2006.

_____. “Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006”. *Opinião Pública*, vol.13, nº2, p.260-282, 2007.

RENNÓ, L; & HOEPERS, B. “Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006”. *Novos Estudos Cebrap*, vol.86, p.140-161, 2010.

RENNÓ, L.; CABELO, A. “As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.25, p.39-60, 2010.

RIBEIRO, C. A. C. “Dois estudos de mobilidade social no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.15, nº 44, p.178-183, 2000.

SINGER, A. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”. *Novos Estudos CEBRAP*, vol.95, p.83-103, 2009.

SCALON, M. C. *Mobilidade social do Brasil: Padrões e Tendências*. Rio de Janeiro: IUPERJ-Revan, 1999.

SOARES, S. et al. "Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: Impactos sobre a desigualdade". *IPEA, Texto para discussão*, nº 1293; Brasília, jul. 2007

ZUCCO, C. "The President's 'New' Constituency: Lula And The Pragmatic Vote In Brazil's 2006 Presidential Election." *Journal Of Latin American Studies*, vol.40, nº1, p.29-49, 2008.

_____. A Governabilidade Num Segundo Governo Lula. *1ºEncontro da Associação de Ciência Política do Uruguai (Aucip)*, Montevideo, nov. 2006.

Lucio Rennó – luciorenno@unb.br

Vitor Peixoto – moraespeixoto@gmail.com

Recebido para publicação em setembro de 2011.

Aprovado para publicação em outubro de 2011.

Anexo
Descrição das operacionalizações dos modelos multinomiais

Dimensões	Variáveis	Valor de Referência
Sexo	Mulher	Homem
Voto em 2006	Votou_LULA_2006_1	Voto Não-Lula em 2006
Cor	COR_Branco	Não-Branco
Escolaridade	ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	Analfabeto até Ginásio Incompleto
	ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	
	ESCOL_Univ_COM_ou_mais	
Renda	RendFAM_1a2	Até 1 salário Mínimo Familiar
	RendFAM_2a5	
	RendFAM_5a10	
	RendFAM_maior_10	
Situação trabalho	Desempregado_6MESES	Não Desempregado nos últimos 6 meses
Religião	Religiao_Evang_Pentecostal	Ateus, espíritas, sem religião, etc.
	Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	
	Religiao_Catolico	
Partido Político	Partido_PT	Simpatizantes com todos os demais partidos e os sem partido
	Partido_PSDB	
Avaliação do Governo Lula	Aval_gov_muito_bom	Avaliação ruim ou péssimo
	Aval_gov_bom	
Beneficiário do Programa Bolsa Família	Beneficiario_BF	Não Beneficiário do Bolsa Família
Mobilidade	Mob_asc	Percepção de imobilidade
	Mob_desc	
Atitude anti-corrupção	Corrupcao	Não percepção da corrupção como o principal problema do Brasil

Modelo

Os logísticos binários para voto em Dilma 2010

Apresentamos cinco modelos logísticos nominais com as probabilidades para o voto em Dilma no primeiro e segundo turno (variável dummy: se votou Dilma, 1; se não, 0). Acreditamos que, desta forma, foi possível otimizar o número de variáveis que foram utilizadas nos modelos multinomiais.

Primeiro Turno

Variáveis	Modelo 1			Modelo 2			Modelo 3			Modelo 4			Modelo 5		
	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	
Regiao_NORTE	.713	.915													
Regiao_NORDESTE	.327	.857													
Regiao_CENTRO_OESTEE	.184	.736													
Regiao_Sul															
COR_Branco	.115	.814	.247	.868	.150	.843	.148	.842	.265	.873					
IDADE_0	.522	.997													
Mulher	.298	.882													
ESCOL_Prim_COMP_Gin_INCOM	.265	.804													
ESCOL_Ginasio_COMP_Colegial_INCOM	.009	.549	.012	.665	.001	.580	.001	.579	.010	.659					
ESCOL_Colegial_COM_Univ_INCOM	.002	.504	.001	.609	.000	.553	.000	.552	.000	.600					
ESCOL_Univ_COM_ou_mais	.000	.312	.000	.368	.000	.389	.000	.389	.000	.365					
RendFAM_1a2	.013	.625	.016	.639	.003	.584	.002	.583	.010	.625					
RendFAM_2a5	.009	.600	.011	.619	.003	.586	.002	.585	.008	.610					
RendFAM_5a10	.125	.679	.185	.725	.046	.627	.040	.625	.173	.720					
RendFAM_maior_10	.072	.549	.085	.572	.065	.559	.061	.557	.074	.562					
Desempregado_6MESES	.151	.618	.151	.620	.060	.541	.060	.541	.149	.618					
Religiao_Evang_Pentecostal	.009	.564	.006	.554	.001	.565	.001	.565	.001	.556					
Religiao_Evang_NAO_Pentecostal	.002	.422	.002	.422	.000	.413	.000	.413	.000	.417					
Religiao_Catolico	.977	1.005	.944	1.012											
Beneficiario_BF	.835	1.037	.945	1.012	.964	1.007									
Beneficiario_MV	.163	.607	.169	.612											
Beneficiario_LpT	.775	1.105	.675	1.157											
Beneficiario_ProUNI	.126	.484	.124	.486											
Partido_PT	.000	4.638	.000	4.731	.000	5.392	.000	5.392	.000	4.596					

Partido_PMDB	.759	.925						
Partido_PSDB	.000	.232	.000	.232	.000	.194	.000	.194
Partido_DEM	.398	.500						
Partido_PV	.002	.308	.003	.323	.002	.321	.002	.321
Votou_LULA_2006_1	.000	2.817	.000	2.826				
Aval_gov_muito_bom	.000	12.755	.000	12.660	.000	18.543	.000	18.556
Aval_gov_bom	.000	4.847	.000	4.950	.000	6.585	.000	6.588
Mob_asc	.000	1.783	.000	1.766	.000	1.758	.000	1.758
Mob_desc	.889	.966	.922	.976	.933	.980	.933	.980
Corrupção	.741	.959	.857	.978	.893	.984	.892	.984
Constant	.001	.163	.000	.104	.000	.170	.000	.171
								.000
								.107

Segundo Turno

Variáveis Independentes	Modelo 6		Modelo 7		Modelo 8		Modelo 9		Modelo 10	
	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)
Regiao_NORTE	.583	.871								
Regiao_NORDESTE	.404	1.150								
Regiao_CENTRO_OESTE	.020	.576								
Regiao_Sul	.348	.839								
COR_Branco	.003	.664	.001	.668	.000	.638	.000	.629	.000	.643
IDADE_0	.103	.992								
Mulher	.911	1.014								
ESCOL_Prim_COMP_Gin_IN	.240	.782								
COM										
ESCOL_Ginasio_COMP_Cole	.071	.647	.321	.852	.032	.720	.030	.716	.414	.872
gial_INCOM										
ESCOL_Colegial_COM_Inv_I	.348	.799	.972	.995	.249	.852	.188	.833	.616	1.081
NCOM										
ESCOL_Univ_COM_ou_mais	.035	.495	.061	.607	.077	.645	.058	.625	.164	.674
RendFAM_1a2	.254	.795	.173	.773	.060	.715	.032	.685	.129	.745
RendFAM_2a5	.944	.985	.339	.834	.155	.775	.059	.720	.471	.867
RendFAM_5a10	.617	1.145	.914	.974	.323	.797	.165	.732	.976	.992
RendFAM_maior_10	.892	1.049	.542	.819	.470	.800	.319	.738	.620	.845
Desempregado_6MESES	.547	.818	.719	.890	.364	.753	.387	.764	.635	.854
Religiao_Evang_Pentecostal	.023	.597	.002	.520	.007	.653	.006	.650	.029	.683
Religiao_Evang_NAO_Pentec	.022	.513	.026	.540	.031	.614	.027	.607	.051	.611
ostal										

Religiao_Catolico	.181	.787	.238	.821				
Beneficiario_Bolsa Família	.864	1.032	.200	1.250	.092	1.322		.631 1.089
Beneficiario_Minha Casa	.963	1.018	.809	1.096				
Minha Vida								
Beneficiario_Luz para Todos	.468	.770	.399	.751				
Beneficiario_Pro.UNI	.493	.717	.509	.738				
Partido_PT	.000	4.538	.000	6.348	.000	8.118	.000	8.115 .000 4.729
Partido_PMDB	.503	.840						
Partido_PSDB	.000	.111	.000	.118	.000	.102	.000	.101 .000 .115
Partido_DEM	.231	.423						
Partido_PV	.498	.802	.584	.852	.658	.884	.677	.891 .703 .885
Votou_LULA_2006_1 turno	.000	3.550	.000	4.239				.000 3.484
Aval_gov_muito_bom	.000	10.130						6
Aval_gov_bom	.000	3.702						.000 3.736
Votou_MARINA_1 turno	.006	.627						.015 .667
2010								
Mobilidade ascendente	.000	1.587	.000	1.918	.000	1.947	.000	1.967 .000 1.600
Mobilidade descendente	.662	.898	.391	.820	.413	.836	.407	.834 .680 .904
Corrupção	.528	.919	.196	.851	.136	.838	.133	.837
Constant	.009	.278	.047	.602	.076	1.398	.012	1.561 .000 .146